

Quilombo, materialidade e roça na apropriação socioespacial e territorial brasileira¹

Fábio Nunes de Jesus²
Vicente Eudes Lemos Alves³

Introdução

A roça é uma entidade geográfica que foi se constituindo ao longo da formação brasileira em espaços complementares aos processos de ocupação e que representava ao mesmo tempo “frestas” diante do ideário geográfico intento no colonialismo português. O seu sentido vai muito além de tal complementaridade e o seu aprofundamento nos permite buscar compreender qual o seu papel diante do modelo agrário instaurado ao se tornar na Bahia, um espaço de representação quilombola e de sustentação das famílias negras, diante de uma sociedade fortemente marcada pelo escravismo na configuração e apropriação material do território. Nesta análise teórica cabe avaliar, tanto as relações intrínsecas presentes na complexidade social como a produção de sentidos estabelecidas ao se desenhar esta formação territorial brasileira.

Materialidade, quilombo e formação territorial negra no Brasil

¹ Trabalho apresentado no GT04: Perspectivas epistemológicas, vivências e outras racionalidades: implicações e desafios para o fazer científico contemporâneo

² Docente do Curso de Geografia da Universidade do Estado da Bahia- UNEB/DCH IV. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP. E-mail: fabionuness@yahoo.com.br

³ Professor do Departamento de Geografia, do Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). e-mail: veudes@ige.unicamp.br. Docente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

A presença negra no Brasil historicamente remonta ao século XVI e na medida em que estruturava-se o sistema produtivo ampliava-se o contingente humano a ponto de representar uma maioria populacional em algumas capitanias; Bahia, Ilhéus e Pernambuco.

Para Moraes (2005) o trabalho compulsório fundamentou o projeto hegemônico europeu e a consequente instauração do sistema capitalista no Brasil. Técnica e produção ao mesmo tempo instaladas sobre uma base espacial escravocrata geraria invariavelmente distinções quanto à sua interpretação e validação já que desprovido de liberdade, o negro participava como objeto na produção de objetos espaciais sobre o território e paralelamente recriava seu espaço africano por aqui.

O espaço coisa, apropriado e reprodutor do capital fornecerá ao europeu instrumentos técnicos de transformação e adequação dos lugares ao seu julgo.

Assim é que, a partir do século XV, a objetivação das coisas e dos seres é realizada por um sujeito que constitui o seu olhar como soberano num espaço homogeneizado. Os planos políticos passam necessariamente pelas estratégias “oculares”, que levaram ao remanejamento dos cadastros e dos territórios. (SODRÉ, 2002, p.28)

O surgimento do quilombo está situado neste momento dentro de eventos geradores de práticas hegemônicas, ao mesmo tempo torna-se um outro evento. Para Santos (1997, p.76) o “evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente”, ou seja, o quilombo num contexto de escravismo, industrialização e internacionalização, infraestrutura, delimitações de fronteiras e formação do Estado-Nação.

Materialidade, identidade e prática socioespacial serão fundamentais para o entendimento da espacialidade negra e da sua dinâmica cultural, responsáveis consequentemente pelo seu estabelecimento e manutenção em um território de hostilidade colonial perversa.

Assim, no entre espaços (rurais e urbanos, sertão e litoral, cidades e vilas,

capitanias e metrópole), entre relações (negros, indígenas e brancos, colonos e escravos, ricos e pobres, intelectuais, políticos e o povo) que podemos encontrar uma territorialidade reveladora da reificação e cristalização dos limites espaciais definidos.

Neste cenário conflituoso o território brasileiro colonial e capitalista será palco de insatisfações dos grupos sociais subalternos já que tanto no campo como na cidade estavam alijados de direitos e representatividades. A elite brasileira estabelecerá o território como prioridade equipando as instituições mediadas por agentes políticos e jurídicos que se apropriaram e criaram determinações legalistas que fortaleciam seus interesses.

Roças negras rurais: inferências e ponderações na abordagem manifesta

A separação entre o negro (objeto) e o espaço (território hegemônico e de poder) tornou-se o mecanismo fundamental para a negação da cultura e dificuldade para reconhecimento do mesmo como membro da sociedade brasileira. Uma vez objeto, ele será naturalmente desprovido de sentido humano na lógica estrutural e social colonial. A cultura e o outro como negação neste caso não ocorre no âmbito das diferenças, mas da eliminação.

Portanto, a cultura justificará na ausência do “espaço enquanto propriedade material” para os negros oprimidos, o lugar que será ocupado e também disputado com as forças coloniais opressoras. A senzala, a roça, o terreiro e o quilombo como espaços de resistências, empreenderão a força motriz desafiadora da objetividade mecânica e produtiva que calculava o comportamento social e colonial.

Neste sentido, a diáspora africana no Brasil encontrará no campo da memória, a força e instrumento transformadores do negro em detentor cultural dos processos simbólicos e estéticos referentes para sua vivência e sobrevivência, já que, a sociabilidade e esfera transposta continentalmente não encontrava na

América lugar de continuidade, representando cisões sociais. Mas, para além de um lugar no imaginário negro, lócus da sua imaterialidade e guia sobre a objetividade material do território do dominador, teremos a prática cultural e social como realização e acionamento da africanidade, através tanto das manifestações e comportamentos sociais, como também de difusão e recriação estratégica no Brasil.

O quilombo seria assim, um dos espaços de prática social da identidade cultural negra, potencializando mecanismos de ações, projetos e interferências, sobretudo políticas, na configuração territorial instalada. Logo, a identidade quilombola, no contexto de formação territorial brasileira, nos remete a uma espacialidade acionada pelas identidades cuja origem encontra-se associada ao processo diaspórico africano na América e ao caráter segregacionista da formação socioespacial brasileira.(JESUS, 2013, p.66)

Na região do Piemonte da Diamantina na Bahia, a presença negra é sobretudo rural e envolve parcela significativa das ocupações negras, tanto nos trabalhos aplicados em roças, como também nas atividades laboriais desenvolvidas nas pequenas e médias cidades da área aludida.

Ao avaliar esta configuração espacial do território brasileiro poderemos identificar aqui diversos movimentos presentes. Santos (1997) identifica o rural e o urbano como processos vinculados um ao outro e dentro de um "acontecer solidário homólogo". Segundo Wanderley, o mundo rural pode ser entendido também:

enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência "identitária") e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional). (WANDERLEY, 2001, p.32)

É neste âmbito, que surge o outro elemento desta análise, o espaço rural. Mais do que a simples distinção, é preciso reconhecer o caráter identitário de vivência e transmissão técnica de mundo presentes na ocupação do espaço rural, o

que se constitui também no nível das trocas sociais e espaço integrados e convergentes.

No entanto, é justamente na agricultura familiar, destacados por Wanderley (2001) como patrimônio fundiário e identidade territorial, que se constituirá na atividade prática comum para estas comunidades remanescentes quilombolas e negras do Piemonte da Diamantina. Os municípios de Jacobina, Caém, Mirangaba, e Saúde possuem inúmeras dessas comunidades que, através da (s) roça(s) buscam inserção social, produtiva e de renda.

A roça, emerge assim, diante de sua função histórica, ao englobar famílias ou grupos sociais que ocuparam as brechas e se constituíram em lugares de prática socioespacial integral e agregador da sociabilidade fundamental para a sociedade brasileira que se configurava desde o período colonial.

Mediante o cultivo de roças próprias e a comercialização dos excedentes, os escravos procuravam organizar uma rede mercantile articulada no âmbito das propriedades em que trabalhavam.(...) em torno dessas roças, os escravos reelaboravam modos de vida autônomos e alternativos, forjando experiências profundas que marcaram o período da pós-emancipação. (GOMES, 2015, p 31)

A relação entre identidade e espaço torna-se fundamental para tratarmos a roça como um lugar negro rural fundamentado na relação histórica estabelecida ao longo do processo resultante da diáspora africana no Brasil.

Os "sertões" ou o "mato" tornaram-se durante o processo colonial em fronteiras ou bordas de um território em construção, cuja materialidade objetiva do espaço condicionava as ações e papéis sociais estabelecidos pelos diferentes grupos presentes.

Sodré (2005) identifica na cultura brasileira o elo principal desta diáspora que se constitui na espacialidade da roças, dos terreiros e aqui, acrescentando, dos quintais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de uma conclusão inicial, já que esta proposta de estudo é parte de uma análise em construção, objetiva – se mostrar neste trabalho, a inserção dos quilombos na formação territorial brasileira levando em consideração o papel da materialidade na apropriação geográfica dos espaços rurais e das roças levando em consideração o seu reposicionamento conceitual e dos significados operacionalizados para o entendimento da espacialidade negra frente aos contextos estabelecidos.

Referências

- FIABANI, A. *Mato ,palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes.* (1532-2004).São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- GOMES, F. dos S.*Mocambos e Quilombos : uma história do campesinato negro no Brasil.*São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- JESUS, F. N.de. *Território e territorialidade negra quilombola em Coqueiros – BA: dos espaços de referências à afirmação identitária / Fábio Nunes de Jesus.* –2013.165 f.
- MORAES, A. C. R. *Território e historia no Brasil.* 2.ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- NEVES, E. F. MIGUEL, A. (Org) *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia.* Salvador: Arcadia / Fapesb, 2007.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SODRÉ, M. *A verdade seduzida.* Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.